



Universidade Federal
de Campina Grande

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADÊMICA DE BIOLOGIA E QUÍMICA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICA

ANANÍCIA DA SILVA COSTA

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO
ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE REVISÃO**

CUITÉ
2024

ANANÍCIA DA SILVA COSTA

**ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO
ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE REVISÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Centro de Educação e Saúde, da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientadora: Lidiane Silva de Araujo

CUITÉ
2024

C837a Costa, Ananícia da Silva.

Acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior: um estudo de revisão. / Ananícia da Silva Costa. - Cuité, 2025.
33 f.: il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde, 2025.

"Orientação: Profa. Lidiane Silva de Araújo".

Referências.

1. Educação inclusiva. 2. Ensino superior - inclusão. 3. Ensino superior - acessibilidade. 4. Ensino superior – estudantes - deficiência. 5. Cultura institucional inclusiva. 6. Centro de Educação e Saúde. I. Araújo, Lidiane Silva de. II. Título.

CDU 376(043)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora, que durante todo o processo deste trabalho demonstrou paciência e compreensão, ouviu minhas dúvidas com paciência. Mesmo diante das dificuldades que surgiram, ela nunca mediu esforços para me orientar e apoiar. Sua dedicação e atenciosidade fizeram toda a diferença; és uma referência para mim.

Ao meu namorado Marcos, pelo companheirismo. Em todos os momentos de insegurança, ele esteve ao meu lado, me acalmando e me lembrando da minha capacidade. A todos os meus amigos — de perto e de longe — minha gratidão por cada palavra de apoio e motivação. Aos amigos que fiz na universidade, aos meus amigos de classe, agradeço pelas boas risadas e bons momentos juntos; vocês são importantes.

À minha mãe e à minha irmã, que mesmo distantes fisicamente, sempre estiveram presentes me apoiando e me dando força. Sou imensamente grata a todos que, de alguma forma, contribuíram com meu crescimento pessoal e acadêmico ao longo do curso e durante a elaboração deste trabalho.

Agradeço a Deus, por ter me guiado durante toda a minha trajetória e por ter colocado pessoas tão especiais em meu caminho durante a graduação. Gratidão a todos.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência: algumas definições	10
3. OBJETIVOS	15
3.1 Objetivo Geral	15
3.2 Objetivos Específicos	15
4. MÉTODO	16
5. RESULTADOS	17
5.1 Síntese dos artigos	18
5.2 Principais eixos temáticos	23
6. DISCUSSÃO	26
7. CONCLUSÃO	28
8. REFERÊNCIAS	30

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE REVISÃO

Resumo

Incluir estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro é um desafio que vai além das leis e políticas públicas. Apesar dos avanços legais e da crescente mobilização de pesquisas em torno do assunto, muitos desses estudantes ainda enfrentam barreiras que comprometem não apenas o acesso, mas sobretudo a permanência e a qualidade das vivências no ambiente universitário. Este estudo teve como objetivo conhecer a produção científica nacional sobre acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, no período de 2020 a 2025, por meio de uma revisão integrativa da literatura no Portal de Periódicos da CAPES. A análise dos artigos revelou um cenário escasso de pesquisas sobre o tema (n= 6), tendo destacado que as barreiras mais recorrentes envolvem: infraestrutura inadequada, falta de acessibilidade pedagógica, barreiras atitudinais e culturais, processos de exclusão históricos marcados por desigualdades sociais, falta de padronização em políticas de cotas e descompasso entre legislação e prática. Em contrapartida, os estudos também apontaram estratégias relevantes para superá-las, entre as quais: fortalecimento da legislação e fiscalização de seu cumprimento, promoção de uma cultura institucional inclusiva, realização de oficinas formativas e colaborativas, investimento em acessibilidade física e tecnológica, formação continuada de docentes e técnicos e revisão dos critérios de cotas no SISU. Portanto, é imprescindível valorizar ações pautadas na escuta dos estudantes com deficiência, a fim de promover melhorias contínuas no ensino superior brasileiro, o que poderá contribuir para a eficácia de políticas capazes de transformar a cultura acadêmica num território de equidade e respeito à diversidade. Sendo assim, esta revisão integrativa oferece um panorama conciso, porém relevante, das barreiras e estratégias de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro. Futuras pesquisas são sugeridas, a fim de que contribuam para o avanço do conhecimento e para a construção de um ensino superior mais justo, equitativo e verdadeiramente inclusivo para todos.

Palavras chave: pessoas com deficiência; educação inclusiva; ensino superior.

ACCESSIBILITY AND INCLUSION OF STUDENTS WITH DISABILITIES IN HIGHER EDUCATION: A REVIEW STUDY

Abstract

Including students with disabilities in Brazilian higher education is a challenge that goes beyond laws and public policies. Despite legal advances and the growing mobilization of research on the subject, many of these students still face barriers that compromise not only their access, but above all their permanence and quality of experiences in the university environment. This study aimed to understand the national scientific production on accessibility and inclusion of students with disabilities in higher education, from 2020 to 2025, through an integrative review of the literature on the CAPES Journal Portal. The evidence highlights the persistence of physical barriers, such as inadequate ramps, bathrooms and elevators, which compromise the mobility and autonomy of students in educational institutions. From a pedagogical point of view, failures in the provision of accessible materials, inflexible methodologies and a lack of individualized support resources were observed, hindering the learning and active participation of these students. Attitudinal barriers, in turn, manifest themselves in the form of institutionalized ableism, revealed in the lack of awareness of the academic community and in resistance to diversity. In addition, the analysis points to institutional barriers associated with the absence of clear and effective inclusion policies, as well as the fragmentation of implemented actions, which often depend on isolated initiatives rather than structured guidelines. In contrast, some promising strategies emerged in the studies analyzed, such as the promotion of training workshops aimed at raising awareness among teachers and students, the strengthening of accessibility centers, the use of assistive technologies and the development of retention policies linked to tutoring and academic monitoring programs. However, the methodological approach, as well as more specific studies (such as some type of disability or target audience), are lacking. To overcome these limitations, paths for future research are suggested: qualitative studies with teachers and administrative technicians to understand their perceptions and training needs; inter-institutional comparisons that highlight good practices and common challenges; longitudinal research that follows classes of students with disabilities from admission to graduation; approaches to digital accessibility and assistive technologies. In this way, it will be possible to build an increasingly equitable higher education, in which all dimensions of accessibility are effectively considered. With the objective of investigating national scientific production on accessibility and inclusion of students with disabilities in higher education, the research highlights that, despite legislative advances, it is necessary to rethink the university beyond legal compliance. It must, in fact, be an inclusive space, where everyone has the opportunity to learn, teach and live with dignity.

Keywords: people with disabilities; inclusive education; higher education.

1. INTRODUÇÃO

O aumento do número de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro representa um importante avanço à concretização de uma educação inclusiva, em consonância com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, Lei nº 13.146/2015) e a Declaração de Salamanca (1994). Apesar do crescimento significativo de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro – 575,4% entre 2003 e 2013 –, Melo e Araújo (2018) afirmam que ainda persistem impasses relacionados à efetivação de práticas inclusivas e à consolidação de serviços de apoio adequados a esses discentes. Mais recentemente, o número de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro cresceu 17% em relação ao ano anterior, totalizando 92.756 alunos (Yngaunis, 2024).

Embora o crescimento expressivo seja uma realidade admirável, garantir que a pessoa com deficiência conclua o seu curso parece um desafio ainda maior, tendo em vista uma série de questões que envolvem a acessibilidade e a inclusão no ambiente universitário. Isto é, não basta garantir o acesso, mas, igualmente, são necessárias condições adequadas de permanência e de possibilidade de sucesso acadêmico para esses discentes (Santos et al., 2025; Yngaunis, 2024; Vilaforte, 2024). Em relação a isso, uma matéria publicada por Cecílio (2025) no Portal Diversa abordou os avanços e desafios de estudantes que ingressaram em universidades brasileiras e destacou que, em geral, muitos estudantes com deficiência ainda são negligenciados em sala de aula, pois os recursos empregados pelos docentes não favorecem o aprendizado e a participação dos acadêmicos.

Assim, estudantes com deficiência afirmaram enfrentar não apenas desafios estruturais, mas, principalmente, a indiferença e o despreparo de docentes diante das suas demandas específicas. Esses e outros relatos de estudantes com deficiência física ratificam que, apesar da existência de políticas inclusivas e de alguma estrutura de acessibilidade na instituição, ainda persistem barreiras significativas no cotidiano acadêmico, especialmente atitudinais. O capacitismo, segundo Lage, Lunardelli e Kawakami (2023), constitui uma forma de opressão que se sustenta na crença de que pessoas com deficiência são naturalmente inferiores ou incapazes, em virtude de seus corpos ou mentes. Essa lógica se manifesta tanto em atitudes explícitas como olhares ofensivos e expressões ou a suposta admiração exagerada por atos cotidianos. Barreiras semelhantes a essas foram encontradas por Sousa e Lima (2023); a pesquisa conduzida pelos autores apontou que universitários relataram experiências frequentes de capacitismo por parte de professores e colegas, além da falta de flexibilização curricular e da ausência de preparo institucional para lidar com suas necessidades.

Portanto, é comum que os estudos que investigam as experiências de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro revelam um panorama complexo de barreiras persistentes. A pesquisa de Ferreira (2020) já apontava para a inadequação da infraestrutura física como um obstáculo significativo. Essa constatação é ecoada por outros trabalhos, como a dissertação de mestrado de Cardoso (1996) sobre barreiras arquitetônicas em ambientes construídos, que, embora mais antiga, tem na sua análise conceitual elementos relevantes para compreender os desafios enfrentados no contexto universitário atual. Na mesma direção, a pesquisa de Moreira (2004) também identificou as barreiras arquitetônicas como um dos principais entraves à inclusão no ensino superior, ao lado da falta de preparo pedagógico.

A questão da acessibilidade digital também se destaca como um desafio contemporâneo. Artigos como o de Kraemer e Thoma (2020) e a revisão integrativa de Mazera, Schneider e Padilha (2021) enfatizam a importância de recursos digitais acessíveis nas instituições. Nesse sentido, o estudo de Wellichan e Souza (2017), ao analisar a inclusão na prática em instituições de ensino superior, também enfatizou a necessidade de plataformas e materiais digitais que atendam às diversas necessidades dos estudantes com deficiência. Consequentemente, a ausência de legendas, a incompatibilidade com leitores de tela e a falta de formatos acessíveis limitam significativamente a participação desses alunos no ambiente virtual de aprendizagem.

No âmbito pedagógico, a pesquisa de Dechichi, Silva e Gomide (2008) – sobre a análise do projeto de inclusão em uma universidade pública – destacou a urgência da formação docente para atender às especificidades dos estudantes com deficiência e a necessidade de recursos de apoio pedagógico individualizado. A falta de estratégias de ensino inclusivas e a dificuldade em adaptar o currículo às diferentes necessidades de aprendizagem continuam sendo desafios consideráveis. Seguindo essa perspectiva, a pesquisa documental de Vilaforte (2024) tornou sobressalente a necessidade de as instituições de ensino firmarem um compromisso com a inclusão, desde a formação continuada de professores e funcionários à promoção de uma cultura institucional que preze pela diversidade e inclusão.

Ademais, entre os desafios destacados, é oportuno considerar a dimensão atitudinal, permeada pelo capacitismo, que emerge como uma barreira estrutural nas universidades brasileiras. Conforme Marchesan e Carpenedo (2021), o capacitismo e suas diversas manifestações retratam uma forma de preconceito que se manifesta nas estruturas sociais e nas atitudes individuais que são direcionadas a pessoas com deficiência. Quando presentes no contexto do ensino superior, a falta de sensibilização da comunidade acadêmica e a persistência

de estereótipos e preconceitos criam um ambiente que dificulta a plena integração e o senso de pertencimento desses alunos.

Portanto, a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro é uma necessidade urgente, mas ainda um processo em construção marcado por desafios que demandam ações coordenadas em diferentes níveis. A literatura tem apontado para a necessidade de superar barreiras, as quais, em geral, apresentam-se interconectadas (arquitetônicas, digitais, pedagógicas e atitudinais), a fim de garantir uma experiência acadêmica realmente equitativa e inclusiva para todos (Ferreira, 2020; Moreira, 2004; Vilaforte, 2024; Wellichá; Souza, 2017).

Diante desses desafios enfrentados por estudantes com deficiência, torna-se evidente que a existência de políticas inclusivas, por si só, não garante a transformação efetiva da universidade em um ambiente verdadeiramente acessível. Isso revela a necessidade de compreender não apenas as experiências vividas, mas também o que já vem sendo discutido e proposto no campo acadêmico sobre esse tema. Nesse sentido, a presente pesquisa se propõe a analisar a produção científica brasileira sobre a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, buscando identificar as barreiras ainda enfrentadas, as estratégias adotadas para assegurar políticas e práticas inclusivas e as principais tendências temáticas abordadas na literatura.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência: algumas definições

A acessibilidade vai muito além de eliminar barreiras físicas — ela está diretamente ligada ao compromisso com a inclusão em diferentes aspectos da vida em sociedade. Esse conceito, que tem evoluído ao longo do tempo, envolve diversas dimensões, como a acessibilidade atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental, nos transportes, nas comunicações e no ambiente digital. Todas essas formas são fundamentais para garantir a participação plena e equitativa das pessoas com deficiência na sociedade (Cantorani; Pilatti, 2015). Nesse sentido, a perspectiva de Kraemer e Thoma (2018) ressoa ao situar a acessibilidade como estratégia de condução dos sujeitos à participação social, sublinhando que a eliminação de obstáculos preexistentes é condição *sine qua non* para uma experiência acadêmica genuinamente equitativa e inclusiva (Silva; Oliveira, 2024).

Inclusão significa criar, na prática, oportunidades reais para que as pessoas com deficiência estejam presentes e participem plenamente de todos os espaços sociais — como qualquer outra pessoa. A inclusão é um reflexo do respeito à diversidade humana e um passo essencial na construção de uma sociedade mais justa, onde todos tenham os mesmos direitos. Isso envolve garantir acesso a serviços, ambientes e experiências sem barreiras nem discriminação. Para tornar isso possível, leis e acordos tanto no Brasil quanto em nível internacional têm reforçado a importância de uma convivência que acolha as diferenças e promova a equidade, independentemente das condições físicas, do nível de escolaridade, do gênero, da orientação sexual ou da origem de cada indivíduo (Brasil, 2006; 2015; ONU, 2006).

Um marco importante nesse processo foi a promulgação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que regulamenta internamente a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e estabelece diretrizes para garantir o acesso pleno aos direitos fundamentais. Segundo Leite e Luvizotto (2022), de acordo com o artigo 1º desta lei, seu principal objetivo é assegurar e promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, em igualdade de condições com as demais pessoas, fortalecendo sua inclusão social e o pleno exercício da cidadania. No contexto educacional, a implementação de políticas inclusivas no ensino superior tem sido um desafio contínuo.

A LBI incorpora a perspectiva do modelo social da deficiência, superando a visão médica, ao compreender que a deficiência emerge da interação entre limitações funcionais e

barreiras físicas, sociais e atitudinais impostas pelo ambiente. A norma reafirma o direito à acessibilidade nos meios físicos e digitais, ao lazer, à cultura, à comunicação e à informação, destacando a necessidade de eliminação de obstáculos para a plena participação cidadã (Leite; Luvizotto, 2022). Conforme aponta o artigo de Silva e Oliveira (2020), muitas instituições ainda tratam a acessibilidade de forma superficial, restrita à infraestrutura física, deixando de lado aspectos pedagógicos e atitudinais. Historicamente, Sasaki (2005) traz a trajetória dos termos utilizados ao longo da história da atenção às pessoas com deficiência no Brasil, conforme o Quadro 1 exposto a seguir.

Quadro 1 – Termos utilizados ao longo do tempo para designar pessoas com deficiência.

Época	Termo utilizado	Valor da pessoa
<u>Início do século 20 até 1960</u> “Escolas para crianças incapazes” (Shopping News, 13/12/64).	“os incapacitados”	Reconhecer a capacidade, ainda que parcial, das pessoas com deficiência foi um avanço, mas persistia a visão equivocada de que a deficiência limita todas as dimensões da vida.
<u>1960 até 1980</u> “Crianças defeituosas na GrãBretanha tem educação especial” (Shopping News, 31/8/65).	“os defeituosos” “os deficientes” “os excepcionais”	A sociedade passou a usar termos mais neutros ao se referir à deficiência, enquanto surgia o movimento pelos direitos das pessoas com altas habilidades, mostrando que o termo “excepcionais” não deveria se restringir a quem tem deficiência intelectual.
<u>1981 até 1987</u> Pela primeira vez no mundo, o termo “deficientes” deixou de ser usado isoladamente como substantivo e passou a ser empregado como adjetivo, acompanhado da palavra “pessoas”.	Pessoas deficientes	Em 1980, a OMS reconheceu as múltiplas dimensões da deficiência ao lançar uma classificação que incluía impedimentos, deficiências e incapacidades, promovendo a ideia de que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos e dignidade que qualquer cidadão.
<u>1988 até 1993</u> Líderes de organizações criticaram o termo “pessoa deficiente” por sugerir que a deficiência define o indivíduo por completo.	Pessoas portadoras de deficiência	A expressão "portar uma deficiência" passou a ser vista como uma característica adicional, não definindo a pessoa. Esse conceito foi incorporado nas Constituições, leis e políticas, e passou a ser adotado oficialmente por conselhos, coordenadorias e associações.
<u>De 1990 até hoje</u>	Pessoas com necessidades especiais	Inicialmente, o termo "necessidades especiais" surgiu apenas como uma nova forma de se referir à deficiência. Com o tempo, especialmente após a Resolução nº 2, ele passou a ser ampliado, englobando também outras condições e contextos educacionais além da deficiência, agregando um valor mais inclusivo ao conceito.

Época	Termo utilizado	Valor da pessoa
<u>Mesma época acima</u> Surgiram expressões como “crianças especiais”, “alunos especiais”, “pacientes especiais” e assim por diante numa tentativa de amenizar a contundência da palavra “deficientes”	Pessoas especiais	O termo “especiais” não carrega, por si só, um valor distintivo para pessoas com deficiência, pois pode ser usado para se referir a qualquer indivíduo em diferentes contextos. Assim, o adjetivo não se mostra adequado como marcador exclusivo ou representativo das particularidades dessas pessoas
<u>Em junho de 1994</u>	Pessoas com deficiência	As pessoas com deficiência ganham reconhecimento não por suas limitações, mas por integrarem um grupo historicamente excluído que reivindica, com autonomia e consciência, seu lugar pleno na sociedade.
<u>Em maio de 2002</u>	“Portadores de direitos especiais” O Frei Betto escreveu no jornal O Estado de S.Paulo um artigo em que propõe o termo “portadores de direitos especiais” e a sigla PODE	Não há valor a ser agregado com a adoção deste termo. O uso da sigla “PODE” não agrega valor à representação das pessoas com deficiência e apresenta problemas linguísticos e sociais. Além de soar inadequado em frases cotidianas, a grafia correta pela norma ortográfica brasileira seria “Pode”, o que gera ambiguidade e dificuldade de aplicação prática.
<u>1990 até hoje e além</u>	Pessoas com Deficiência	As pessoas com deficiência passam a carregar dois valores centrais como: empoderamento – a capacidade de usar seu poder pessoal para escolher, decidir e controlar sua própria trajetória e responsabilidade social – o compromisso de aplicar seus talentos para transformar a sociedade e torná-la verdadeiramente inclusiva para todos, com ou sem deficiência.

Fonte: Sassaki (2005)

A ausência dessas condições no sistema educacional regular impulsionou a criação de instituições especializadas para atender às necessidades específicas de pessoas com deficiência (Brasil, 2021). A fundação do Instituto dos Meninos Cegos (1854) e do Instituto dos Surdos Mudos (1857), seguida pelo Instituto Pestalozzi (1926) e pela significativa atuação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) a partir de 1954, marcaram etapas importantes na organização do atendimento especializado (Brasil, 2021). Souza, Pereira e Venâncio (2022) corroboram essa visão, destacando a urgência de transformações nas práticas pedagógicas e na estrutura das escolas para atender à diversidade das necessidades educacionais, incluindo as Necessidades Educativas Especiais (NEE).

Conforme Cecílio (2025), a inclusão parece acompanhar a forma de um funil; essa forma reflete os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), os quais apontaram uma diminuição drástica no número de estudantes com deficiência ao longo das etapas educacionais. Por exemplo, em 2023, enquanto o Ensino Fundamental registrava 1,1 milhão de matrículas de alunos com deficiência, o Ensino Superior contava com apenas 92,7 mil. Essa redução, reflete as barreiras impostas pela sociedade, impactando o acesso e a permanência desses estudantes no ensino superior e evidenciando a necessidade de políticas e práticas inclusivas mais eficazes.

Marchesan e Carpenedo (2021) enfatizam que o capacitismo, arraigado tanto na cultura institucional quanto nas práticas pedagógicas, perpetua a exclusão e a desigualdade, reforçando a necessidade de políticas públicas inclusivas e de ações de conscientização. A admissão de pessoas com deficiência no ensino superior foi dificultada pela falta de acessibilidade arquitetônica (Cardoso, 1996), pela escassez de recursos didáticos adequados e pela inadequação das metodologias de ensino (Ferreira, 2020). Outro ponto abordado é que muitas instituições de ensino superior ainda não contam com políticas institucionais estruturadas para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência.

A inclusão de estudantes com deficiência física no ensino superior ainda se revela como um processo em construção, marcado por desafios institucionais, como a ausência de núcleos de acessibilidade consolidados, o que impacta diretamente na qualidade do atendimento e no direito à permanência dos alunos (Sousa; Lima, 2023). Lima e Carmo (2023) destaca que, embora haja avanços legislativos e institucionais, estudantes com deficiência ainda enfrentam barreiras significativas no ensino superior, como a falta de acessibilidade arquitetônica e a ausência de recursos pedagógicos adaptados, o que compromete sua permanência e sucesso acadêmico. As autoras ressaltam que a escuta das experiências dos próprios estudantes com deficiência é fundamental para compreender as reais dificuldades enfrentadas e para a construção de políticas inclusivas mais eficazes (Lima; Carmo, 2023).

Por outro lado, mesmo que algumas instituições disponham de núcleos de acessibilidade, muitas vezes esses espaços carecem de estrutura adequada e de profissionais capacitados para atender às demandas específicas dos estudantes com deficiência. A equidade educacional exige ações afirmativas capazes de romper com o ciclo de exclusão histórica e desigualdade acumulada. Tais medidas não devem ser pontuais, mas sim estruturais e duradouras, orientadas por uma concepção de justiça social que respeite a diversidade (Silva, Pasini, Soligo, 2023).

Compreender as experiências e os desafios enfrentados pelos estudantes com deficiência no ensino superior é, portanto, fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas e políticas institucionais mais inclusivas e eficazes. Nesse contexto, a presente revisão, utilizando o Portal de Periódicos da CAPES como principal fonte de investigação, busca reunir e analisar estudos que abordam as vivências desses estudantes, com o objetivo de identificar as principais dificuldades e contribuir para a promoção de um ambiente acadêmico mais equitativo e acessível para todos (Mendes et al., 2005).

3. OBJETIVOS

3.1. Geral

- Conhecer a produção científica nacional acerca da acessibilidade/inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.

3.2. Específicos

- Levantar as principais barreiras à acessibilidade/inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.
- Conhecer as principais estratégias baseadas em políticas inclusivas destacadas nos artigos encontrados.
- Categorizar cada artigo encontrado, com vistas a criar um quadro síntese dos documentos incluídos na revisão e suas principais tendências temáticas.

4. MÉTODO

O presente estudo foi desenvolvido por meio de uma revisão integrativa, adotada por sua reconhecida capacidade de organizar de maneira criteriosa as evidências científicas disponíveis. O objetivo central dessa abordagem foi identificar, reunir e analisar os estudos mais relevantes que abordam a temática da acessibilidade nas universidades brasileiras, com foco nas principais barreiras e soluções à acessibilidade/inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.

A revisão foi realizada por meio do portal de Periódicos da CAPES. A referida base é uma ferramenta essencial para a qualificação da pesquisa científica no Brasil, garantindo que pesquisadores tenham acesso a informações atualizadas e de alta qualidade, fortalecendo o desenvolvimento acadêmico e tecnológico do país. A seleção dessa base teve como propósito garantir o acesso a informações confiáveis, revisadas por pares e essenciais para embasar este estudo.

A estratégia de busca foi elaborada com rigor metodológico e utilizou como base os descritores do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). A busca foi desempenhada a partir dos seguintes termos e operadores booleanos: "pessoas com deficiência" AND "estudantes" OR "ensino superior" OR "educação superior" OR "universidade" AND "inclusão social" OR "inclusão de pessoas com deficiência" OR "educação para a inclusão social" OR "educação inclusiva" OR "obstáculos" OR "barreiras" OR "barreiras físicas" OR "políticas inclusivas" OR "inclusão, diversidade, equidade, acessibilidade" AND NOT "educação infantil" OR "ensino fundamental" OR "ensino médio". Vale destacar que esses operadores (AND, OR e AND NOT) foram aplicados para otimizar a busca e possibilitar uma filtragem eficiente dos artigos, a fim de excluir aqueles que não abrangiam o tema do estudo.

Como critérios de inclusão, foram considerados os estudos datados de 2020 a 2025, publicados em periódicos científicos revisados por pares e que exigissem como conteúdo principal a acessibilidade/inclusão de estudantes com deficiência física no ensino superior. Como critérios de exclusão, foram descartadas as pesquisas fora da faixa temporal estabelecida (últimos cinco anos), que não consideravam o assunto no contexto brasileiro e que retratavam o tema na educação básica (ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio ou educação de jovens e adultos).

5. RESULTADOS

A seleção dos artigos foi realizada a partir da base de dados da CAPES, conforme apresentado no fluxograma. Inicialmente, foram identificados 56.777 artigos. Após a aplicação de filtros automáticos, 48.529 publicações foram excluídas por não atenderem aos critérios gerais da busca. Em seguida, foram selecionados 8.248 artigos para análise dos títulos e resumos, dos quais 8.230 foram eliminados por não se enquadrarem nos critérios de inclusão estabelecidos. Restaram, então, 18 artigos que foram submetidos à leitura na íntegra. Destes, sete foram excluídos por se tratarem de revisões e cinco por não abordarem diretamente o foco temático da pesquisa. Ao final, 6 artigos foram incluídos na presente revisão, conforme fluxograma demonstrado na Figura 1.

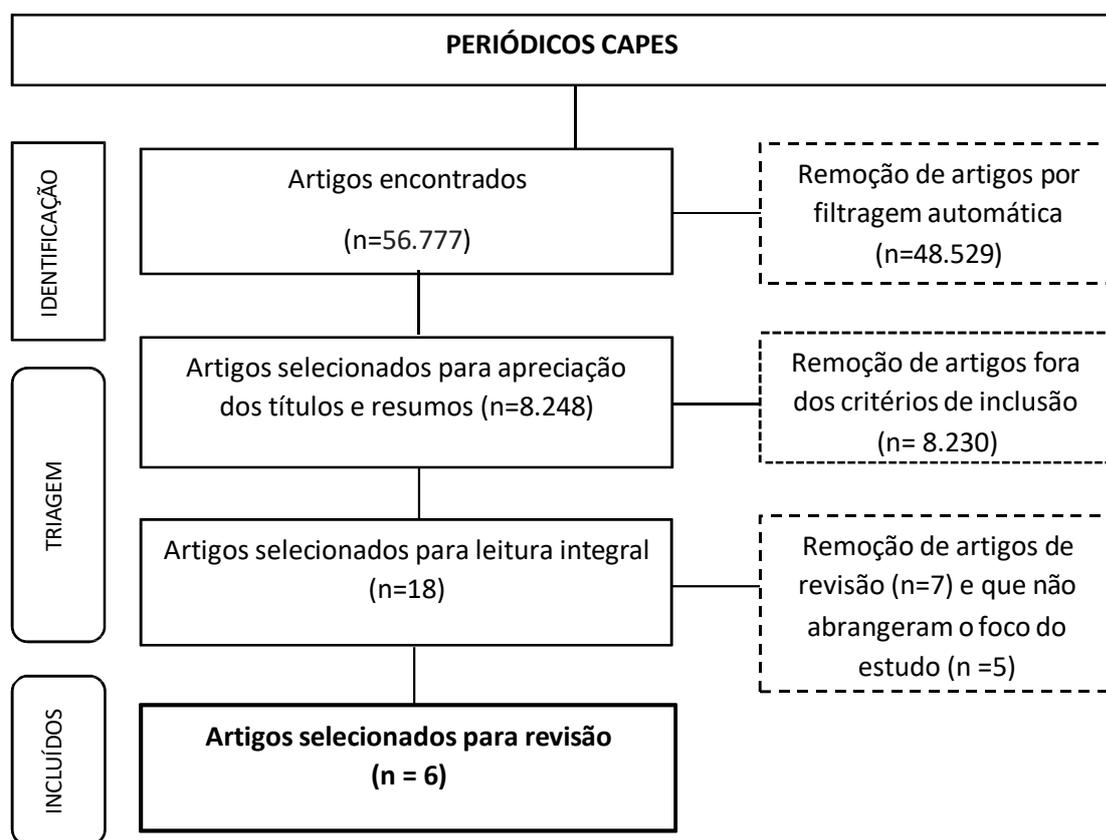


Figura 2. Fluxograma das etapas de busca e seleção dos artigos para a revisão.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quanto ao processo de levantamento e classificação das informações principais abordadas nos artigos, realizou-se (i) uma síntese dos documentos selecionados a partir da

categorização das seguintes informações: título do manuscrito, autoria/ano de publicação, título da revista, objetivos, delineamento e perfil dos participantes, resultados principais, barreiras e estratégias inclusivas, conforme demonstrado na Tabela 1. Em complemento à síntese dos artigos, (ii) categorizou-se o conjunto de artigos, a fim de identificar os principais eixos temáticos abordados na revisão integrativa.

Síntese dos artigos

Os dados foram organizados em um quadro sinóptico e correspondem a um total de seis artigos publicados entre os anos de 2020 e 2024, conforme demonstrado na Tabela 1. A análise dos artigos incluídos, conforme os critérios especificados, mostrou que a maioria das publicações sobre o tema se concentra no ano de 2023 com três estudos identificados, seguidos pelos anos de 2024 com dois estudos e 2020 com apenas um estudo. Nos anos de 2021, 2022 e 2025, embora estivessem dentro do recorte estabelecido, nenhum artigo foi encontrado.

Além disso, quanto ao delineamento artigos, foram descartados revisões bibliográficas/ levantamento bibliográfico, ensaios teóricos, estudos documentais e do tipo estado da arte. Vale ressaltar que o recorte metodológico desta revisão integrou apenas estudos publicados nos últimos cinco anos, o que influenciou de certa forma diretamente na quantidade final de artigos incluídos, já que muitas das produções sobre acessibilidade e inclusão no ensino superior são de anos anteriores ao período delimitado. Observa-se também que a escassez de publicações mais recentes, em parte, parece estar ligada a artigos atuais que têm abordagens muito específicas, voltadas a determinados perfis de deficiência ou contextos particulares, o que acabava se distanciando do objetivo central deste estudo, que buscava uma análise mais abrangente da inclusão de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras.

Os seis artigos selecionados foram publicados em periódicos acadêmicos que dialogam, em sua maioria, com as áreas da educação, políticas públicas e inclusão social. Dois dos estudos foram publicados na revista Educação e Políticas em Debate e os outros em revistas diferentes. Apesar das diferentes abordagens editoriais, todos os periódicos estão principalmente na área da educação e mantêm em comum o compromisso com a discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, reforçando a relevância e a atualidade do tema no meio acadêmico.

Tabela 1 - Síntese dos artigos selecionados para a revisão.

Título do artigo	Autor/ano	Título da revista	Objetivos	Método e perfil dos participantes	Resultados principais	Barreiras	Estratégias inclusivas
1. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência	Aleska Trindade Lima e Maria Andréa Angelotti Carmo, 2023	Revista Educação e Políticas em Debate	Refletir sobre a acessibilidade no ensino superior e como sua ausência impõe limites ao acesso e à permanência de pessoas com deficiência, dando voz às suas experiências e perspectivas	Pesquisa qualitativa/ Universitários	As análises indicam que, embora haja alguns avanços na acessibilidade no ensino superior, persistem inúmeros desafios que dificultam a permanência e a plena participação de estudantes com deficiência nas universidades.	A diferença entre as normas legais e sua implementação prática, a falta de infraestrutura acessível nas instituições de ensino superior e a resistência cultural à inclusão plena.	As propostas envolvem o fortalecimento da legislação, a promoção de uma cultura institucional inclusiva e a implementação de políticas públicas eficazes que garantam o acesso e a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior, visando à concretização da cidadania plena.
2. Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: participação na academia científica como forma de ativismo político	Juliana Cavalcante Marinho Paiva e Marivete Gesser, 2023	Revista Educação e Políticas em Debate	Analisar os discursos de pessoas com deficiência sobre seu acesso e permanência no ensino superior, enfocando sua participação na academia científica como forma de ativismo político	Pesquisa qualitativa/ Também destinados a universitários.	Os resultados indicam a existência de barreiras no acesso e na permanência de pessoas com deficiência na graduação e, especialmente, na pós-graduação. Além disso, destacam a interseção da deficiência com raça e classe como fatores relevantes a serem considerados pelas políticas públicas de inclusão	As principais barreiras identificadas incluem a exclusão histórica de estudantes com deficiência, a falta de acessibilidade física e pedagógica nas instituições e a interseção da deficiência com fatores como raça e classe social, que agravam as desigualdades no acesso e permanência na educação superior.	O estudo destaca a importância da participação ativa desses estudantes na academia científica, considerando-a uma forma de ativismo político que contribui para a transformação das estruturas educacionais e sociais, promovendo a visibilidade e a efetiva inclusão.

3. Inclusão da Pessoa com Deficiência no Ensino Superior: um estudo sobre Argentina, Brasil e Paraguai	Ivanir Gomes da Silva, Juliana de Fatima Serraglio Pasini e Valdecir Soligo, 2023	Debates em Educação	Comparar as políticas educacionais de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior nos sistemas federais de educação da Argentina, Brasil e Paraguai	Estudo comparativo /Universitários	O estudo identificou diferenças significativas nas abordagens e na implementação das políticas de inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior entre Argentina, Brasil e Paraguai, refletindo os distintos contextos socioeconômicos e culturais de cada país.	O estudo compara as políticas educacionais de inclusão da pessoa com deficiência nesses três países, destacando avanços e desafios na implementação de práticas inclusivas	As estratégias sugeridas envolvem a adoção de políticas públicas direcionadas, investimentos em acessibilidade física e tecnológica, além de programas de formação continuada para docentes e técnicos, visando garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência.
4. Acessibilidade no ensino superior: um desafio gerencial à luz da legislação brasileira	Anna Cecília Sobral Bezerra e Antonio Ferreira Silva Neto, 2020	Educação, Ciência e Cultura	Analisar os limites e perspectivas da inclusão de estudantes com deficiência relacionados à infraestrutura física das Instituições de Ensino Superior (IES), à luz das exigências da legislação brasileira.	Pesquisa exploratória/ Universitários	O estudo demonstrou que o checklist proposto serve como um instrumento de apoio ao gestor no processo de tomada de decisão para o cumprimento da legislação e promoção da inclusão de pessoas com deficiência nas IES.	As barreiras enfrentadas incluem a inadequação da infraestrutura física das IES em atender às necessidades de acessibilidade, dificultando o cumprimento da legislação vigente.	Como estratégia, foi proposto um checklist como instrumento de apoio ao gestor no processo de tomada de decisão, visando o cumprimento da legislação e a promoção da inclusão da pessoa com deficiência
5. Deficiência e Dignidade Humana: O acesso à educação superior como um direito intransponível	Danyelle Gonzaga Monte da Costa, Lívia Laenny Vieira Pereira de Medeiros e	The ESPECIALIST	Verificar os fatores que podem incluir e fortalecer a permanência e a aprendizagem de estudantes com deficiência desde sua inserção, com acesso à	Pesquisa-ação de caráter descritivo/ Universitários	O estudo identificou que, apesar das barreiras arquitetônicas e atitudinais existentes, é possível promover a inclusão e a	Existem obstáculos arquitetônicos, atitudinais e pedagógicos que dificultam a plena participação desses estudantes.	O estudo propõe a realização de oficinas colaborativas com os estudantes, visando transformar a realidade social por meio do processo educacional, reconhecendo a dignidade

	Paulo Zambrone de Souza, 2024		matrícula, manutenção e permanência no ensino superior		acessibilidade nas universidades por meio de oficinas formativas que reconhecem a dignidade da pessoa humana e consideram os estudantes com deficiência como sujeitos de direitos		humana e promovendo a inclusão efetiva no ambiente acadêmico.
6. Pessoas com deficiência e as cotas do SISU: mapeamento dos critérios de elegibilidade	Adriana Pagaiame, Rosângela Gavioli Prieto, 2024	Cadernos de Pesquisa	Mapear os critérios de elegibilidade estabelecidos por 62 universidades federais para estudantes com deficiência na política de cotas do Sistema de Seleção Unificada (SISU).	Pesquisa exploratória/ Universitários	As normas analisadas alinham-se ao modelo médico de deficiência, desconsiderando as concepções da Convenção e da LBI. Apesar do processo unificado, há diferenças significativas nos critérios e exigências para comprovação da deficiência em cada universidade, o que pode fragilizar a política e a segurança jurídica dos candidatos.	Observou-se a falta de padronização nos critérios e nas exigências para comprovação de deficiência entre as universidades, o que pode prejudicar a efetividade da política de cotas e a segurança jurídica dos candidatos	O estudo sugere a necessidade de revisar e alinhar os critérios de elegibilidade às diretrizes estabelecidas pela legislação vigente, promovendo maior uniformidade e clareza nos processos seletivos.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em relação aos objetivos dos estudos, destacaram-se esforços em compreender as barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e institucionais enfrentadas por estudantes com deficiência, bem como em avaliar a efetividade das políticas públicas voltadas à inclusão no ensino superior. Outros trabalhos buscaram investigar os discursos normativos e curriculares, a implementação das cotas e a articulação entre legislação e prática pedagógica, além de refletirem sobre o papel da informação, das diretrizes institucionais e da formação docente no processo de inclusão.

Dentre os seis artigos analisados, todos adotaram uma abordagem qualitativa, ainda que com diferentes delineamentos metodológicos. A maioria dos estudos investigou a acessibilidade e a permanência de estudantes com deficiência no ensino superior a partir das experiências de universitários, evidenciando o caráter interpretativo das pesquisas. Três artigos seguiram uma linha de pesquisa qualitativa aplicada diretamente a esse público, enquanto dois se caracterizam como estudos exploratórios. Um dos estudos (Costa et al., 2024) utilizou o delineamento de pesquisa-ação de caráter descritivo, envolvendo a participação ativa dos sujeitos na transformação de sua realidade educacional por meio de oficinas colaborativas.

Outro exemplo de delineamento diferente presente nas pesquisas é o estudo de caráter comparativo realizado por Silva, Pasini e Soligo (2023), que analisou políticas de inclusão no ensino superior em três países da América do Sul, o que permitiu identificar semelhanças, contrastes e desafios próprios de cada contexto. Ainda, duas pesquisas se enquadraram como estudos exploratórios (Bezerra & Silva Neto, 2020; Pagaime & Prieto, 2024), com foco na análise documental de normas e práticas institucionais à luz da legislação brasileira, evidenciando a preocupação em compreender o cumprimento e as lacunas das políticas públicas de inclusão.

Principais Eixos temáticos

Os principais resultados apontaram para a persistência de múltiplas barreiras à inclusão, como:

- **Infraestrutura inadequada**, muitos espaços físicos nas universidades ainda não atendem às exigências de acessibilidade, comprometendo a mobilidade e a autonomia dos estudantes. A ausência de rampas, elevadores, sinalizações táteis e mobiliário

adaptado compromete o acesso físico a espaços fundamentais da vida acadêmica. Porém, não basta garantir acesso físico se não houver acessibilidade pedagógica.

- **Falta de acessibilidade pedagógica**, recursos didáticos e metodologias pouco adaptadas às necessidades específicas dos estudantes com deficiência dificultam o processo de aprendizagem. A baixa formação dos docentes para lidar com a diversidade de necessidades tornam o processo de aprendizagem ainda mais excludente.
- **Barreiras atitudinais e culturais**, a resistência de parte da comunidade acadêmica à inclusão, aliada a preconceitos e desconhecimento, limita a efetiva participação dos estudantes.
- **Exclusão histórica e desigualdades sociais**, interconexão como deficiência, raça e classe agravam as desigualdades no ensino superior.
- **Falta de padronização em políticas de cotas**, diferenças nos critérios de elegibilidade entre as universidades criam insegurança jurídica e dificultam o acesso via ações afirmativas.
- **Descompasso entre legislação e prática**, apesar da existência de leis, muitas vezes sua implementação é falha ou insuficiente. Ainda persiste um descompasso significativo entre o que está previsto na legislação e o que é efetivamente implementado no cotidiano universitário: muitas leis não são aplicadas por falta de fiscalização, recursos ou compromisso institucional

Em contrapartida, os estudos também apontam estratégias relevantes para superar essas barreiras, destacam-se:

- **Fortalecimento da legislação e fiscalização de seu cumprimento**, garantindo que as instituições ofereçam estruturas e serviços acessíveis.
- **Cultura institucional inclusiva**, que envolva toda a comunidade acadêmica e valorize a diversidade. Ao envolver docentes, discentes, técnicos e gestores na valorização da diversidade, promove-se um ambiente mais receptivo, respeitoso e democrático, onde os estudantes com deficiência deixam de ser vistos como exceções e passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos.
- **Realização de oficinas formativas e colaborativas**, como forma de conscientização e transformação do ambiente educacional que também se trata de uma ação voltada principalmente aos profissionais da educação.

- **Investimento em acessibilidade física e tecnológica**, ampliando os recursos de apoio aos estudantes, aspecto essencial no domínio arquitetônico e comunicacional. Ela abrange desde adaptações em salas de aula, bibliotecas e laboratórios, até a ampliação do uso de tecnologias assistivas, como softwares de leitura de tela e materiais em formatos acessíveis.
- **Formação continuada de docentes e técnicos**, para qualificação e sensibilidade no atendimento às necessidades específicas dos estudantes. Essa capacitação e formação é muito importante, pois visa qualificar os profissionais para o atendimento às demandas específicas dos estudantes com deficiência, proporcionando-lhes recursos, conhecimentos e sensibilização para promover práticas de ensino mais inclusivas. Essa medida é essencial não só para adequar as práticas pedagógicas, mas para consolidar uma instituição que acolha a diversidade como valor central.
- **Revisão dos critérios de cotas no SISU**, com base nas diretrizes da legislação vigente, promovendo maior uniformidade e equidade. Visa uniformizar os critérios de acesso em todas as universidades federais, conferindo maior equidade aos processos seletivos. Essa ação beneficia diretamente os estudantes com deficiência que buscam ingressar no ensino superior, reduzindo a insegurança jurídica e promovendo justiça social.

Com base no exposto, a inclusão no ensino superior, embora ancorada em marcos legais e normativos, ainda requer um esforço consistente de articulação entre teoria e prática, entre política e formação, e entre compromisso institucional e ações concretas que promovam equidade. A efetiva implementação da educação inclusiva depende da transformação de discursos em práticas, da superação das desigualdades históricas e do reconhecimento pleno das pessoas com deficiência como sujeitos de direito e protagonistas do processo educativo.

6. DISCUSSÃO

Os estudos analisados nesta revisão apontam que, apesar dos avanços legais e do crescimento das políticas de acesso ao ensino superior, muitos estudantes com deficiência ainda enfrentam grandes obstáculos para permanecer e se desenvolver na universidade. Esses desafios não se restringem ao ingresso, mas atravessam a vivência acadêmica como um todo, revelando barreiras que são estruturais e, muitas vezes, invisíveis para quem não as vivenciam. As dificuldades identificadas podem ser agrupadas em quatro grandes categorias: barreiras físicas, pedagógicas, atitudinais e institucionais.

As barreiras físicas continuam sendo um desafio recorrente. Bezerra e Silva Neto (2020) ressaltam que a inadequação da infraestrutura física das IES em atender às necessidades de acessibilidade ainda é uma realidade em muitas universidades brasileiras. Rampas inexistentes, elevadores fora de funcionamento, banheiros sem adaptação — são elementos que, por si só, já inviabilizam o acesso pleno.

No campo pedagógico, o cenário não é muito diferente. A falta de materiais acessíveis, metodologias inflexíveis e avaliações padronizadas criam uma rotina acadêmica exaustiva para estudantes com deficiência. Paiva e Gesser (2023), destaca que a falta de acessibilidade pedagógica intensifica as desigualdades relacionadas ao acesso e à permanência de estudantes com deficiência no ambiente educacional. A inclusão não depende apenas de estruturas físicas ou materiais acessíveis, mas de um acolhimento sempre vai fazer toda diferença, na escuta, no respeito e na valorização da diversidade. Isso mostra o quanto o capacitismo ainda permeia práticas e discursos dentro das universidades. Muitas vezes, docentes e colegas não sabem como agir diante da diferença e, por desconhecimento, acabam excluindo. Monte da Costa et al. (2024) propõem, justamente, estratégias como oficinas formativas com professores e estudantes, voltadas à sensibilização e à construção coletiva de práticas mais inclusivas.

Outro ponto que merece destaque são as barreiras institucionais. Embora existam leis e diretrizes que incentivam o acesso ao ensino superior, as políticas muitas vezes não se sustentam na prática. A crítica de Pagaiame e Prieto (2024) afirma que as normas analisadas se alinham ao modelo médico de deficiência, desconsiderando as concepções da Convenção e da LBI. Isso demonstra o quanto ainda estamos presos a uma lógica que enxerga a deficiência como um problema do indivíduo, e não da sociedade. Para romper com essa visão, é preciso que as instituições repensem a própria estrutura institucional: é preciso criar núcleos de acessibilidade atuantes, garantir orçamento específico, envolver os estudantes com deficiência na elaboração das políticas e fortalecer redes de apoio dentro da universidade.

Apesar dos desafios, os artigos também apontam caminhos possíveis. Estratégias como a flexibilização curricular, o uso de tecnologias assistivas, oficinas de formação e escuta ativa com os estudantes foram mencionadas como práticas promissoras. Em especial, as propostas de formação continuada para docentes destacadas por Silva et al. (2023) são fundamentais para que o ensino seja realmente transformador e inclusivo.

A leitura dos artigos nos confronta com uma realidade que, embora desconfortável, precisa ser encarada: a inclusão no ensino superior ainda está longe de ser plenamente vivida. As barreiras encontradas não são apenas rampas que faltam ou documentos que não chegam, elas falam de invisibilidades, valores, prioridades institucionais e da falta de escuta sensível quanto aos alunos com deficiência física. Mas também emergem sinais de mudança. Quando a universidade se permite ouvir, acolher e aprender com a diferença, ela se reinventa. Como destacam Paiva e Gesser (2023), a presença de estudantes com deficiência não deve ser encarada como um problema a ser resolvido. Incluir é mais do que cumprir uma norma: é assumir o compromisso de construir um lugar onde todos possam existir com dignidade, aprender com liberdade e transformar com sentido.

A análise dos artigos revela uma verdade incômoda, mas necessária: ainda temos muito a caminhar para que o ensino superior brasileiro seja, de fato, inclusivo. As barreiras identificadas não são apenas obstáculos físicos ou burocráticos, elas dizem respeito a valores, culturas e prioridades institucionais. No entanto, quando a universidade escuta, reconhece e valoriza a diversidade, ela se transforma. Como lembram Paiva e Gesser (2023), a presença de estudantes com deficiência não deve ser vista como um desafio individual, mas como uma oportunidade coletiva, o espaço e as relações acadêmicas. Incluir é mais do que cumprir uma norma: é assumir o compromisso de construir um lugar onde todos possam existir com dignidade, aprender com liberdade e transformar com sentido.

7. CONCLUSÃO

A presente revisão integrativa buscou identificar e analisar as principais barreiras e estratégias relacionadas à inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro, com base em artigos publicados na base de dados da CAPES entre 2020 e 2024. O objetivo central foi compreender o panorama atual da inclusão nesse nível de ensino, mapeando os desafios persistentes e as abordagens promissoras para superá-los. A seleção rigorosa, conforme detalhada na seção de resultados, culminou na análise de seis artigos que oferecem importantes reflexões sobre o assunto. De maneira geral, os resultados alcançados permitiram delinear um quadro complexo, no qual avanços legais coexistem com significativas barreiras que dificultam o acesso, a permanência e o desenvolvimento pleno dos estudantes com deficiência no ambiente universitário.

A análise dos seis artigos selecionados revelou a persistência de múltiplos obstáculos à inclusão, que podem ser agrupados em quatro categorias principais: barreiras físicas, relacionadas à inadequação da infraestrutura das IES; barreiras pedagógicas, concernentes à falta de acessibilidade nos materiais didáticos e nas metodologias de ensino; barreiras atitudinais e culturais, que englobam o preconceito e a resistência à inclusão por parte da comunidade acadêmica; e barreiras institucionais, que se manifestam no descompasso entre a legislação e a prática, na falta de padronização das políticas de cotas e na exclusão histórica e desigualdades sociais que se interconectam com a deficiência. Esses achados refletem as experiências dos estudantes com deficiência, conforme evidenciado nos estudos qualitativos analisados, e ressaltam a complexidade do processo de inclusão no ensino superior.

Apesar das contribuições desta revisão para a compreensão do cenário da inclusão no ensino superior brasileiro, algumas limitações devem ser consideradas. A utilização exclusiva da base de dados da CAPES pode ter restringido o escopo da busca, excluindo estudos relevantes publicados em outras bases. Igualmente, a ausência da tradução dos descritores para outros idiomas também pode ter limitado a identificação de pesquisas internacionais capazes de abordar a temática sob outras perspectivas.

Além disso, é possível que a faixa temporal restrita aos últimos cinco anos tenha inviabilizado a compreensão do assunto ao longo da história; nesta direção, parece oportuno fazer uma pesquisa semelhante, isto é, com as mesmas especificidades da pesquisa aqui realizada, mas com um alargamento do tempo para uma faixa de aproximadamente vinte anos. Certamente, uma revisão no referido formato possibilitaria uma compreensão histórica dos avanços impulsionados por políticas inclusivas, como a Lei de Cotas (Lei nº 12.711/2012) e a

Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). Além dos possíveis avanços, poder-se-ia verificar eventuais estagnações ou retrocessos ao longo do tempo, como foi observado com o Decreto nº 10.502/2020, que propunha a segregação de estudantes com deficiência, o que ensejou críticas de movimentos sociais em prol da transformação dessa triste realidade. (Soares; Ribeiro,2023).

Além disso, evidenciou-se uma escassez de estudos dedicados especificamente ao capacitismo, conforme apontado na discussão; a análise desse construto representa um desafio necessário para compreensão aprofundada das barreiras atitudinais e institucionais de acadêmicos com deficiência física e o cenário que os envolve. Sem dúvidas, essa lacuna observada na literatura nacional reforça a urgência de futuras investigações que explorem as manifestações sutis e estruturais do capacitismo no contexto do ensino superior, compreendendo como ele se imbrica nas práticas pedagógicas, nas políticas institucionais e nas relações interpessoais. A fim de suprir essa lacuna, estudos sobre capacitismo sob a perspectiva da Psicologia Social e interseccionalidade são recomendados, a fim de explorar suas dimensões ideológicas, interacionais e subjetivas. A articulação com a perspectiva interseccional é fundamental para analisar como o capacitismo se desdobra com outras formas de desigualdade, como raça, gênero e classe social, moldando as experiências dos estudantes com deficiência de maneiras diversas e complexas.

Diante dos resultados e das limitações identificadas, outras sugestões para futuras pesquisas parecem promissoras. Por exemplo, a realização de estudos longitudinais que possam acompanhar o percurso acadêmico de estudantes com deficiência desde o ingresso até a conclusão do curso; isso é essencial para identificar os desafios específicos em cada etapa, os fatores que contribuem para a evasão ou o sucesso, e a efetividade das diferentes estratégias de apoio implementadas pelas IES ao longo do tempo.

Compreender as representações sociais que universitários, professores e servidores constroem sobre a inclusão e sobre as pessoas com deficiência é essencial para identificar barreiras atitudinais e estereótipos que ainda persistem nas instituições de ensino superior. Essas representações influenciam diretamente a forma como a inclusão é vivida no cotidiano acadêmico, podendo reforçar exclusões sutis, mesmo diante de políticas e estruturas acessíveis. Nesse contexto, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) emerge como um objeto de pesquisa relevante a ser estudado na perspectiva dessas diferentes pertencas grupais. Como tal, soa necessário entender aspectos que favoreceriam a implantação dessa proposta, que é uma abordagem educacional capaz de tornar o ensino acessível e eficaz para todos os estudantes desde o início do planejamento curricular. Em vez de adaptar conteúdos depois das dificuldades

surgirem, o DUA propõe currículos flexíveis, que consideram a diversidade como normas e não exceção (Sebastián,2020).

Além disso, é crucial a realização de pesquisas que avaliem de forma detalhada as condições de acessibilidade (física, comunicacional, pedagógica, atitudinal e digital) e as políticas de inclusão implementadas nas diversas universidades brasileiras, em especial na Universidade Federal de Campina Grande. Entender eventuais lacunas nesse domínio é pertinente, mas ultrapassá-las e conhecer alternativas viáveis é ainda mais urgente. Por exemplo, dentro dos programas oferecidos pela instituição citada existe o NAI (Núcleo de acessibilidade e inclusão), que oferece suporte especializado para garantir a acessibilidade e inclusão desses estudantes, promovendo ações que visam eliminar barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, atitudinais e curriculares. Outra iniciativa promissora é o Programa de Monitoria Inclusiva, que seleciona monitores para acompanhar alunos com necessidades educacionais específicas, proporcionando apoio pedagógico individualizado e contribuindo para a igualdade de oportunidades no ambiente acadêmico. Nesse sentido, identificar possíveis boas práticas parece essencial para promover a socialização de iniciativas de sucesso a outras instituições e garantir um ambiente universitário verdadeiramente inclusivo em diferentes contextos geográficos.

Em suma, esta revisão integrativa oferece um panorama conciso, porém relevante, das barreiras e estratégias de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior brasileiro, com base na produção científica recente indexada no Portal de Periódicos da CAPES. Os resultados enfatizam a necessidade de um esforço contínuo e multifacetado para transformar os avanços legais em práticas efetivas, superando as diversas barreiras que ainda persistem. Espera-se que as reflexões e as sugestões para futuras pesquisas aqui apresentadas possam contribuir para o avanço do conhecimento e para a construção de um ensino superior mais justo, equitativo e verdadeiramente inclusivo para todos.

REFERÊNCIAS

BARNES, Colin. *Disability Studies: Past, Present and Future*. Leeds: The Disability Press, 1999.

BRASIL. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. *História da Educação Especial no Brasil*, 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Programas e Ações*. Disponível em: [<https://www.gov.br/mec/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura-organizacional/orgaos-especificos-singulares/secretaria-de-modalidades-especializadas-de-educacao/escola-acessivel>]. Acesso em: 10 set. 2024.

CANDIDO, C. L.; NASCIMENTO; MARTINS. A inclusão no ensino superior sob a ótica da legislação e das práticas pedagógicas. *Revista Educação Especial*, v. 29, n. 56, p. 603-618, 2016.

CANTORANI, José Roberto Herrera; PILATTI, Luiz Alberto; HELMANN, Caroline Lievore; SILVA, Sani de Carvalho Rutz da. A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da Lei n. 13.409. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 25, e250016, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ScZhcZWdL5ZtqNQxkJ6KLrj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 maio 2025.

CARDOSO, C. L.; CARDOSO, T. S.; YANIC, Y. PENA, R. C, A. *O processo de entrada e permanência de estudantes com deficiência nas instituições públicas de ensino superior em Macapá*. Editado por la Fundación Universitaria Andaluza Inca Garcilaso para eumed.net, 2014.

CARDOSO, M. A. C. C. *Barreiras arquitetônicas no ambiente construído*. 1996. 205 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1996.

CECÍLIO, Camila. **Chegada à universidade: estudantes com deficiência apontam avanços e desafios**. DIVERSA, 04 de abril de 2025. Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/chegada-a-universidade-estudantes-com-deficiencia-apontam-avancos-e-desafios/#:~:text=Barreiras%20continuum%20no%20Ensino%20Superior,respeito%20%C3%A0%20acessibilidade%20pedag%C3%B3gico%2Dcurricular..> Acesso em: 08 de maio de 2025.

DECHICHI, C.; SILVA, L. C.; GOMIDE, A. B. *Projeto Incluir: acesso e permanência na UFU*. In: *Inclusão Escolar e Educação Especial: teoria e prática na diversidade*. Uberlândia: EDUFU, 2008. p. 333 - 352.

Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais*, Salamanca, Espanha, 1994.

FAGUNDES, K. M. *O Capacitismo como barreira atitudinal no processo de inclusão escolar*. UEPG, Ponta Grossa, 2022.

FERREIRA, J. M. M. C. *Acesso e permanência de pessoas com deficiência na Universidade de Brasília: sentidos de Educação Inclusiva*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

KRAEMER, G. M.; THOMA, A. S. Acessibilidade como condição de acesso, participação, desenvolvimento e aprendizagem de alunos com deficiência. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 40, n. 3, p. 603-620, 2020.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Diário Oficial da União, 2015.

LEITE, F. P. A.; LUVIZOTTO, C. K. Marcos legais e perspectivas para a inclusão de pessoas com deficiência no Brasil. *Revista História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v. 22, n. 2, p. 6–19, 2022. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/13372/114116572>. Acesso em: 6 maio 2025.

LIMA, Aleska Trindade; CARMO, Maria Andréa Angelotti. Acessibilidade e inclusão no ensino superior: experiências e desafios à permanência de pessoas com deficiência. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 12, n. 3, p. 1132–1150, 2023. Disponível em: [https://www-periodicos-capes.gov-br/ez292.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W4390594005](https://www-periodicos-capes.gov.br/ez292.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=all&id=W4390594005). Acesso em: 6 maio 2025

LAGE, Sandra Regina Moitinho; LUNARDELLI, Rosane Suely Alvares; KAWAKAMI, Tatiana Tissa. O capacitismo e suas formas de opressão nas ações do dia a dia. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 28, e93040, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eb/a/HSy9D6BjLP6P9Gv3mtBvVyn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 maio 2025.

MARCHESAN, A.; CARPENEDO, R. F. Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência. SILVA, Ivanir Gomes da; PASINI, Juliana de Fatima Serraglio; SOLIGO, Valdecir. *Inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo sobre Argentina, Brasil e Paraguai*. *Revista Debates em Educação*, Maceió, v. 15, n. 37, p. 1–17, 2023. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/16439>. Acesso em : 6 maio 2025. *Revista Trama*, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021.

MAZERA, M. S.; SCHNEIDER, D. G.; PADILHA, M. I. Política de acesso, acessibilidade e inclusão educacional da pessoa com deficiência: revisão integrativa. *Revista Enfermagem UERJ*, v. 29, n. 1, p. 55486, 2021.

MELLO, M. A. B. *O que é capacitismo?* São Paulo: Brasil Escola, 2016.

MENDES, K. D. S. et al. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Journal of Advanced Nursing*, v. 51, n. 3, p. 231-241, 2005.

MOREIRA, L. C. *Universidade e alunos com necessidades educacionais especiais: das ações institucionais às práticas pedagógicas*. 2004. 300f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NBR 9050: *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

NUSSBAUM, M. C. *Frontiers of Justice: Disability, Nationality, Species Membership*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2006.

SANTOS, Q. P. et al. Educação inclusiva: desafios e avanços na garantia de direitos para todos. *Revista FT*, v. 29, n. 143, p. 50-65, ago. 2023. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/educacao-inclusiva-desafios-e-avancos-na-garantia-de-direitos-para-todos/>>. Acesso em: 05 maio. 2025.

SASSAKI, R. K. *Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos*. São Paulo: RNR, 2005, p. 12-16.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

SILVA, Maria Aparecida ; OLIVEIRA, João Pedro . Acesso e permanência de pessoas com deficiência no ensino superior: participação na academia científica como forma de ativismo político. *Revista Educação e Políticas em Debate*, Uberlândia, v. 13, n. 1, p. 123-145, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/68502/36376>. Acesso em: 6 maio 2025.

SOUSA, Neide Maria Fernandes Rodrigues; LIMA, Danivea Cardoso. A inclusão no ensino superior: o que revelam as narrativas de estudantes com deficiência física. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí, v. 38, n. 120, p. 1–20, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/10751>. Acesso em: 06 maio 2025.

SOUZA, S. T. B.; PEREIRA, A. S. M.; VENÂNCIO, L. Alunos(as) com necessidades educacionais especiais na Educação Física Escolar: relatos de experiências de um professor-pesquisador. *Rev. Pemo*, Fortaleza, v. 4, e48178, 2022.

STORY, M. F.; MACE, R. L.; MUELLER, J. L. *The Universal Design File: Designing for People of All Ages and Abilities*. Raleigh, NC: Center for Universal Design, North Carolina State University, 1998.

VALLE, J. W.; CONNOR, D. J. *Rethinking Disability: A Disability Studies Approach to Embracing Diversity in Education*. New York: Routledge, 2014.

VILAFORTE, R. A. S. Desafios e oportunidades na inclusão de alunos com deficiência no ensino superior. *Revista Presença Geográfica*, v. 11, n. 3, 2024.

WELLICHAN, D. S. P.; SOUZA, C. S. A inclusão na prática: alunos com deficiência no Ensino Superior. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*, Araraquara, p. 146–166, 2017.